



## ACTA NÚMERO TRÊS

1 de Maio de 2010

— Ao primeiro dia do mês de Maio do ano da graça de dois mil e dez, às vinte e uma horas e trinta e oito minutos reuniram-se os elementos da Assembleia de Freguesia da Junta de Freguesia de São Bento, na sede da mesma (lista de presenças em anexo), Concelho de Porto de Mós, sem número de polícia, com a seguinte ordem de trabalhos: \_\_\_\_\_

— **Ponto Um:** Votação do Plano de Contas referente ao ano de dois mil e nove; \_\_\_\_\_

— **Ponto Dois:** Outros assuntos de interesse. \_\_\_\_\_

— A Presidente da Mesa da Assembleia, Sílvia Ribeiro deu por iniciada a assembleia. \_\_\_\_\_

— Antes de se iniciar a ordem de trabalhos, procedeu-se à leitura e votação para aprovar a acta da assembleia anterior, acta número dois. Depois de lida pela primeira secretária, esta foi aprovada por unanimidade com sete votos a favor. \_\_\_\_\_

— Licínia Ribeiro crítica o facto de a assembleia de freguesia estar a realizar-se fora do prazo, sendo este até ao dia trinta de Abril. A Presidente da Mesa e Samuel Costa explicam o motivo desta data, justificando que preferem que estejam presentes, todos os membros da assembleia, do que esta acontecer dentro do prazo e se verificarem ausências, assumindo a responsabilidade que isso possa trazer. \_\_\_\_\_

— **Ponto Um: Votação do Plano de Contas referente ao ano de dois mil e nove;** \_\_\_\_\_

— Licínia Ribeiro pede que lhe seja fornecido um documento único que apresente todas as contas referentes ao ano de dois mil e nove, não estando separadas. Citando o decreto de lei número um do artigo cinquenta e dois da lei noventa e oito/noventa e sete de vinte e seis de Agosto na redacção que lhe foi dada pela lei número quarenta e oito/ dois mil e seis de vinte e nove de Agosto (eleições autárquicas esclarecimento de apresentação de contas). \_\_\_\_\_

— Samuel Costa mostra-se disponível para lhe fornecer o documento único, contudo justifica que forneceu a prestação de contas em dois documentos, sendo que um apresenta as contas do antigo executivo e o outro apresenta as contas da data em que o actual executivo tomou posse. \_\_\_\_\_

— Licínio Barreiro apresenta dúvidas na rubrica das receitas no ponto dez: estado - participação comunitária em projectos co-financiados, apresentando um valor superior a sessenta e cinco mil euros em orçamento previsto e não tendo sido cobrado qualquer valor. \_\_\_\_\_

— Licínia Ribeiro lembra que não é da sua competência responder pelo antigo executivo, mas esclarece que se candidataram a obras, mas que os projectos previstos não tiveram seguimento. \_\_\_\_\_

— Licínia Ribeiro questiona porque motivo no segundo período de contas o valor de vinte e \_\_\_\_\_

dois mil euros, não aparece nos compromissos por pagar. Samuel Costa esclarece que esse valor é apresentado na prestação de contas anual de dois mil e nove.

—Licínia Ribeiro refere que terão existido três pagamentos no período de dois meses (Novembro e Dezembro) referentes ao pagamento da funcionária de limpeza do posto médico. Samuel Costa refere que foram efectuados dois pagamentos sendo que o terceiro se refere a uma entrada em conta não cabimentada, questão que pode ser confrontada pelo POCAL. Tendo sido verificada pela mesma e pela confrontação bancária e saldos no final do ano que se encontravam de acordo e correctos com a confrontação bancária. Samuel Costa referiu ainda que um dos pagamentos se encontra cabimentados na rubrica limpeza do posto médico, questão admitida pela própria.

—Manuel Mena refere que o cheque que recebeu da primeira assembleia de freguesia realizada não apresenta descrito a quantia de treze euros e setenta e quatro cêntimos, mas sim a quantia de treze cêntimos. Samuel Costa foi confirmar e realmente estava mal descrito, algo que pede desculpa pelo lapso e resolver.

—Samuel Valente refere que ainda não lhe foi pago o valor referente ao pessoal que integrou a mesa de voto. Samuel Costa refere que a Câmara Municipal não realizou qualquer aviso de como o dinheiro não foi depositado na conta. Essa dívida será resolvida o mais rápido possível.

—Licínia Ribeiro justifica que as contas não correspondiam porque as fechou a quinze de Outubro de dois mil e nove e estavam correctas, mas em dois de Novembro do mesmo ano já não se verificam correctas, uma vez que tinham entrado pagamentos da câmara e saíram cheques que estavam em transito.

—Licínio Barreiro questiona Samuel Valente como membro da comissão de igreja de São Bento qual o valor que receberam da Junta de Freguesia por se referir que a câmara transferia o dinheiro para a Junta e posteriormente o executivo é que efectua o pagamento. Samuel Valente confirma os valores de dez mil euros da Junta de Freguesia, mais dez mil euros da Câmara Municipal. Samuel Costa esclarece que os recebimentos com destino estipulado como este caso, não chegam a dar entrada no POCAL, porque são transferências de tesouraria.

—Licínio Barreiro questiona se os pagamentos pendentes das despesas de água e das pedreiras não deveria aparecer nas receitas por cobrar. Samuel Costa explica que dívidas pendentes não são cabimentadas, e que existem cerca de vinte e quatro mil euros em dívida de contratos de arrendamento de pedreiras, relativo ao ano de dois mil e nove, incluindo os débitos anteriores.

—Sem mais nada a referir procedeu-se à votação para aprovação do Plano de contas referentes ao ano de dois mil e nove sendo aprovado por unanimidade com sete votos a favor.

—**Ponto Dois: Outros assuntos de interesse.**

• Votação para aprovação das “Grandes Opções do Plano”.

— Licínio Barreiro questiona a razão de se votar novamente as grandes opções do plano. Samuel Costa explica que foi revisado, porque teve de se reajustar algumas rubricas por imposição de uma empresa credora. —

— Procedeu-se à votação das “Grandes Opções do Plano para o quadriénio dois mil e dez /dois mil e treze”, sendo aprovada com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções. —

• Votação para o executivo proceder à venda da ambulância. —

— Licínia Ribeiro contesta dizendo que este assunto deveria estar especificado no edital, e não integrado nos outros assuntos. Propondo por isso uma assembleia extraordinária para votação da venda da ambulância. —

— A Presidente da Mesa da Assembleia Sílvia Ribeiro, esclareceu que a votação é para que o conselho executivo possa vender a ambulância, a fim de solucionar o problema o mais rápido possível. Alertando que a mesa se o entendesse poderia pedir por escrito uma reunião extraordinária. Procedeu-se à votação para aprovação da venda da ambulância. —

— A venda da ambulância foi aprovada com quatro votos a favor, um voto contra e duas abstenções. —

• Votação para gravação digital das Assembleias de Freguesia. —

— Em relação a este ponto a Presidente da Mesa de Assembleia explicou que tem como objectivo acabar com mal entendidos e para que não se perca qualquer informação. —

— Deste modo, procedeu-se à votação da gravação digital das assembleias de freguesia, sendo aprovada por unanimidade com sete votos a favor. —

— Samuel Valente questiona como a Junta procede junto das empresas exploradoras de pedra que não pagam a sua despesa à Junta de Freguesia. Dália, secretária do executivo, responde que as empresas que não efectuaram o pagamento à Junta de Freguesia, o executivo não os inibiu de explorar o terreno. Samuel Costa refere que perante a situação da empresa e agindo em conformidade com o seu histórico procuram a melhor solução. —

— Samuel Valente questiona porque ainda não se procedeu à pavimentação das estradas. Luís Cordeiro responde que o problema é da Câmara Municipal. Uma vez que a Câmara Municipal não avança a Junta de Freguesia também não pode avançar porque não tem verba para essas despesas. Samuel Costa, refere que a Junta de Freguesia apresenta dívidas de vinte e dois mil euros do antigo executivo, tendo apenas dezanove mil euros para pagar as despesas. —

— Licínia Ribeiro refere que o actual executivo receberia os valores suficientes para cobrir a dívida de vinte e dois mil euros, compromisso do anterior executivo. Samuel Costa menciona que se esqueceram das despesas correntes da Junta de Freguesia, uma vez que esse valor poderia cobrir as dívidas, contudo não iriam ter dinheiro para as despesas correntes. A Câmara Municipal não está a regularizar os pagamentos de fundo de financiamento das Juntas de Freguesia, o que

dificulta ainda mais a situação.

— Samuel Valente questiona se o assunto das antenas de telemóvel já se encontra resolvido. Dália responde que a Vodafone não responde, continuam sem resposta, em relação à operadora TMN já respondeu positivo ao pedido.

— Samuel Valente deseja saber qual a resposta obtida pelo executivo em relação à questão de quando se necessita de médico de família, onde nos devemos dirigir. Dália explica que comunicou à delegada de saúde essa dúvida, pelo que esta referiu que hoje em dia já não é necessário médico de família. Quando se necessita de algum serviço por parte do médico de família devem-se dirigir ao médico que está de serviço.

— O mesmo membro da mesa de assembleia pergunta o que foi feito para solucionar o problema das estradas com estrume. Dália refere que elaborou um edital que foi enviado a todos os membros da assembleia. Contudo ninguém procedeu à sua afixação e no seu entender isto não iria solucionar o problema, podendo ainda ser mal interpretados.

— Samuel Costa, tesoureiro do executivo, convida todos os presentes para fazerem uma visita ao futuro posto de socorro de São Bento, após o encerramento da assembleia de freguesia.

— Não havendo mais assuntos a tratar pelos membros da mesa da assembleia, a Presidente da Mesa de Assembleia deu início ao debate público.

— Aurélio Ferraria não concorda com o facto de que, o que se vai votar em assembleia de freguesia não estar especificado no edital, como o exemplo da venda da ambulância, justificando que é um assunto importante para a população. Hélder Jorge responde que é impossível prever quais os assuntos que toda a população considera importantes, daí se colocar outros assuntos de interesse no edital.

— Samuel Costa em concordância com Hélder Jorge refere ainda que o que poderá ser mais importante para uns cidadãos, pode ser menos para outros e vice-versa.

— Aurélio Ferraria refere que os editais não foram afixados a tempo e não se encontravam em todos os locais públicos. Licínio Barreiro justifica que basta estar um edital no exterior da sede da Junta de Freguesia para este se tornar oficial.

— Emília Jorge questiona se além dos nomes de ruas, também se vai colocar números de polícia. O conselho executivo explica que estes últimos são da responsabilidade da Câmara Municipal de Porto de Mós. Relembrando que o edital com os nomes de todas as ruas está ao dispor dos cidadãos podendo sugerir alterações até ao dia quinze de Maio.

— Arminda Alves dá a sua opinião relativamente à especificação do assunto da ambulância no edital da assembleia, referindo que não tem problema esse assunto não estar discriminado, uma vez que o público não tem direito a voto.

——Licínio Barreiro completa dizendo que a questão da venda da ambulância para uns é importante para outros nem tanto, e que se o executivo se comprometeu a resolver este problema, simplesmente está a pedir permissão à assembleia de freguesia para avançar na sua venda. ——

——Manuel Alves questiona se não pode alterar um nome de uma rua junto da sua zona de residência. O Executivo voltou a explicar que se podem efectuar alterações até ao dia quinze deste mesmo mês. Relativamente ao assunto da venda da ambulância dá o seu parecer referindo que a solução que está para ser tomada agora, já deveria ter sido tomada há muito tempo. Sugere que o executivo crie um folheto ou algo informativo, como uma sessão de esclarecimento, para a população para se discutir qual o melhor rumo a dar à antiga ambulância. Posto isto, Dália sugere que se fale na assembleia seguinte de como se encontra a situação relativamente à venda da ambulância, mantendo a população informada. Sendo desnecessário uma assembleia extraordinária exclusivamente para este assunto, algo que está nas mãos do executivo resolver.—

——Gabriel Ferraria refere que no Covão do Sabugueiro é muito difícil construir e que há pelo menos seis casas antigas que se poderão reconstruir, sendo por isso benéfico para a população construir caminho público, de modo a oferecer acesso a essas casas. O conselho executivo tomou nota da ocorrência.——

——Gabriel Ferraria oferece a terra junto ao cemitério, para que o possam alargar, referindo estar disponível a negociações, podendo dispensar toda a terra. Luís Cordeiro agradece e explica que surgiram novas soluções para o alargamento do cemitério, pelo que o executivo vai estudar melhor o assunto encontrando a melhor solução.——

——O mesmo cidadão, refere que não recebeu qualquer carta para preenchimento dos nomes das ruas junto da sua área de residência. Dália respondeu que o executivo pediu a duas pessoas para entregar as cartas a toda a população da freguesia. No entanto, e como já referido anteriormente poderá ainda dar a sua opinião.——

——Emília Jorge alerta para que ao se construir a estrada no Covão de Sabugueiro junto das antigas casas, ter-se o cuidado de não destruir o que já existe, não alargar em demasia o caminho existente, mantendo assim a beleza natural do local. ——

——Gabriel Ferraria questiona qual a forma de conseguir fundos para reparar muros. Samuel Costa disponibilizou-se para no final da assembleia esclarecer as dúvidas. A Presidente de mesa da assembleia considerou o assunto fora do interesse da assembleia de freguesia. ——

——Gabriel Ferraria refere que há várias estradas rurais que deveriam ser reparadas. Dália responde referindo que o executivo efectuou candidatura para cerca de vinte e dois quilómetros de estradas, aguardando neste momento aprovação. ——

——Sem mais assunto a tratar, a Presidente da Mesa, deu então por encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e dois minutos. ——

—Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pela Presidente e pela Primeira Secretário, autora da mesma.—

A Presidente:

Silva Jovusio R. Siro

A Secretária:

Cátia Poetauo